

# *Quarenta anos da Passeata dos Cem Mil e da edição histórica do Correio da Manhã*

*Pery Cotta*

Luminoso dia tipicamente carioca de meio de semana, 26 de junho de 1968 foi pacífico marco da heróica resistência democrática contra a ditadura, quatro décadas depois ainda lembrado por ter sido realizada no Rio de Janeiro, naquela data, a maior e mais significativa manifestação estudantil da década de 1960. Desde as 10 da manhã e durante três intensas horas, a movimentada área central da cidade do Rio viveu um dos mais importantes episódios da história contemporânea. Aconteceu a menos de seis meses do violento AI-5, de 13 de dezembro de 1968, porta de entrada para os “anos de chumbo”.

“Passeata congregou Cem mil no Centro” – com este título, na página 15, o *Correio da Manhã* sintetiza a mobilização de estudantes que, pela pronta adesão popular conquistada, mereceu na edição de 27 de junho ampla e completa cobertura de nada menos do que 15 páginas, inclusive algumas inteiramente gráficas, com grandes fotos abertas. Esta cobertura igualmente histórica está microfilmada e guardada para gerações futuras na Biblioteca Nacional, ela própria testemunha do fato: em suas largas escadarias, na Cinelândia, concentraram-se dezenas de jovens antes de partirem no sentido da Igreja da Candelária, caminhando ao longo da av. Rio Branco.

Na mesma página 15, junto com a cronologia – hora a hora – da passeata, vinha uma matéria coordenada com a planta baixa do Centro, na qual o

CM mostrava, através do cálculo de seus repórteres e de diversos especialistas, como e de onde o jornal tirou o mágico número de participantes. Naquele dia, na função de Secretário Gráfico e em estreita ligação com o Secretário de Texto, fechei boa parte das 32 páginas da edição, trabalhando às vezes com dois ou até três diagramadores ao mesmo tempo, nas páginas gráficas e em outras principais matérias.

Isto ocorreu ao longo de toda a noite de 26 de junho e entrou pela madrugada do dia 27, enquanto a Diretoria do jornal decidia se seria demitido ou não. Como lia todas as matérias antes da diagramação, para pedir os títulos, acabei sendo o autor e responsável pelo número final quantitativo da manifestação estudantil, preocupado que estava em não passar informação contraditória. Em dado momento, tive necessidade de solicitar aos repórteres e redatores que se referissem à passeata como sendo a dos Cem mil. Portanto, ainda na Redação do Correio da Manhã e por seus jornalistas, começou a ser reconhecida como a “Passeata dos Cem Mil”. Foi desta forma que dei a ela nome, sobrenome e números finais, na edição 23.071 do Correio da Manhã, jornal que acabara de completar 67 anos de também heróica e combativa existência.

O esquema de funcionamento do Correio da Manhã, para o fechamento de páginas, era bem organizado e bastante eficiente. O experiente Aloísio Branco era a figura principal, como o Secretário de Redação (Editor-Chefe), e para cuja mesa obrigatoriamente iam todas as matérias, vindas dos Editores e da Chefia de Reportagem.

Ao receber os originais, o bom e atento Aloísio Branco lia cada um, determinando importância e aproveitamento. E cobrava de imediato melhor texto e/ou apuração, ou devolvia as matérias com alguma outra recomendação a cada Editoria (Esportes, Economia, Internacional, Segundo Caderno).

O Secretário de Texto (Chefe do Copidesque) preparava as matérias do 1º. Caderno, tanto para as páginas internas do jornal como para as chamadas de 1ª. página e entregava os textos “penteados” (lidos e consertados nos pequenos erros) ou já reescritos e no tipo de aproveitamento sugerido pelo Secretário de Redação.

Para processar-se então a editoração, os textos eram encaminhados ao Secretário Gráfico (editor responsável pela diagramação), que estabelecia a colocação e seqüência das matérias em cada página, entregando os textos de volta ao copidesque (redatores) para os títulos, dizendo como os estava editando. Na época, eu e o sempre bem-humorado Mauro Ivan exercíamos uma e/ou outra função (na diagramação ou no *copy*).

## Importância histórica da manifestação estudantil

Em 2007, às vésperas da maior manifestação estudantil completar quatro décadas, a Presidência da República, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, editou um livro de 500 páginas, colocando-o inclusive no *site* do governo federal na internet. A publicação, elaborada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, tem como título *Direito à memória e à verdade* e, desta maneira, ajuda bastante a contextualizar o movimento dos jovens brasileiros. Reúne a documentação sobre 133 desaparecidos e 166 mortos, nos “Anos de Chumbo”, entre os quais o operário Manoel Fiel Filho e os jornalistas Mário Alves e Vladimir Herzog, além de dezenas de estudantes. Diz textualmente o documento oficial, em relação ao movimento estudantil, ao reconhecer o período como de terrorismo de governo:

Atingida com dureza já nos primeiros dias do novo governo, quando a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi incendiada na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, o Movimento Estudantil começou a se manifestar com energia a partir de 1965, em todo o País. A UNE desafiou abertamente a proibição das entidades estudantis autênticas, imposta pelo primeiro ministro da Educação do regime militar, Flávio Suplicy de Lacerda. Essas manifestações cresceriam até atingir seu auge nas grandes passeatas de 1968, entrando em refluxo após a decretação do AI-5, em dezembro daquele ano, para voltar a crescer novamente a partir de 1977.

Em fevereiro de 1969, o governo Costa e Silva chegou a baixar um dispositivo específico para reprimir a oposição política e a atividade crítica nas universidades, o Decreto nº 477, que previa o desligamento de estudantes, professores e funcionários envolvidos em atividades subversivas. Os sindicatos de trabalhadores, fortemente golpeados pelo regime já nos primeiros dias de abril de 1964, conseguiram se reerguer gradualmente e realizar importantes greves em 1968, em Osasco (SP) e Contagem (MG), retornando a um patamar de fermentação discreta até atingir novo salto em 1978, quando no ABC paulista voltam as mobilizações de massa que dariam início à construção de um novo sindicalismo no Brasil.

A área intelectual e artística representou outro pólo de resistência. A música, o cinema, o teatro, a literatura, distintos segmentos da vida cultural brasileira tornaram-se arena de contestação ao regime autoritário, agindo muitas vezes como ouzada trincheira que exigia o resgate da liberdade de criação. O setor enfrentou, como represália, períodos de vigorosa censura e mesmo a prisão de grandes expoentes artísticos, em especial nas semanas que se seguiram à decretação do AI-5. No contexto de endurecimento do regime, algumas organizações partidárias de esquerda optaram pela luta armada como estratégia de enfrentamento do poder dos militares.

Nasceram diferentes grupos guerrilheiros, compostos por estudantes em sua grande maioria, mas incluindo também antigos militantes comunistas, militares nacionalistas, sindicalistas, intelectuais e religiosos. Essas organizações político-militares adotaram táticas de assalto a bancos, seqüestro de diplomatas estrangeiros para resgatar presos políticos, atentados a quartéis e outras modalidades de enfrentamento, o que, por sua vez, também produziu inúmeras vítimas entre agentes dos órgãos de segurança e do Estado.

Consolidou-se, com o AI-5, uma dinâmica de radicalização que já tinha nascido no bojo da disputa que envolveu a escolha do sucessor de Castello Branco no comando do regime. O general Costa e Silva assumiu a presidência, em 1967, como representante da chamada Linha Dura, vale dizer, setores das três Armas que rejeitavam qualquer moderação ou tolerância quanto às oposições. Na chefia do SNI, Costa e Silva colocou Garrastazu Médici, que seria o presidente seguinte, representando o período de maior truculência repressiva.

Nessa dinâmica, o governo tinha alijado até mesmo lideranças políticas que foram grandes expoentes da mobilização pela deposição de João Goulart, como Carlos Lacerda e vários outros. O endurecimento levou ao surgimento, em 1966, de uma Frente Ampla que reunificava figuras diametralmente opos-

tas no leque partidário brasileiro, como o próprio Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart e outros. Em 5 de abril de 1968, a Frente Ampla seria terminantemente proibida pelo regime.

A escalada repressiva sobre os estudantes deu novo salto a partir de 28 de março de 1968, quando policiais dispararam contra manifestação que protestava pelo fechamento do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, matando o secundarista Edson Luís Lima Souto. Ao funeral compareceram 50 mil pessoas, ocorrendo dezenas ou centenas de prisões. Dias depois, a cavalaria da Polícia Militar invadiu a igreja da Candelária, onde se realizava a missa de sétimo dia, com a presença de milhares de estudantes. Em 21 de junho, a violência cresceu ainda mais no Rio de Janeiro. Forças policiais reprimiram passeata estudantil que reivindicava mais verbas para o ensino, restando um saldo de quatro mortos, num episódio que foi registrado na imprensa como “sexta-feira sangrenta”.

A opinião pública reagiu expressando um nível de indignação contra a brutalidade repressiva, que ainda não tinha precedentes desde 1964. No dia 26 de junho, artistas, intelectuais, religiosos, trabalhadores, estudantes, centenas de mães e a população de um modo geral se uniram na “Passeata dos 100 Mil”. O que, por sua vez, acabou acirrando ainda mais a tensão no seio dos segmentos extremistas do regime.

Passeatas estudantis se repetiram em quase todos os estados do Brasil naquele período. Em São Paulo, em 3 de outubro, estudantes da USP, na rua Maria Antonia, enfrentaram a polícia e alunos da Universidade Mackenzie, sede do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), resultando na morte de outro secundarista, José Guimarães. Dias depois, ocorreu ocupação policial que deixou o antigo prédio universitário praticamente destruído. No dia 12 de outubro, a polícia invadiu um sítio em Ibiúna, no interior do estado, onde se realizava, de forma clandestina, o 30º Congresso da UNE, prendendo os participantes (entre 700 e 1.000 pessoas), incluindo-se aí a

quase totalidade de suas lideranças nacionais. Essa primeira fase do ciclo autoritário terminaria no final daquele ano.

O governo pediu licença ao Legislativo para processar o deputado federal Márcio Moreira Alves, do MDB, que havia discursado da tribuna da Câmara denunciando a violência policial e militar exercida contra as passeatas estudantis. Com Mário Covas na liderança da oposição, o parlamento brasileiro não se curvou à exigência e essa negativa foi utilizada pelo regime como pretexto final para a decretação do AI-5, em 13 de dezembro (de 1968).

### **Quase todas as páginas como capítulos memoráveis**

Em 26 de junho de 1968, há exatos 40 anos, portanto, a cidade do Rio de Janeiro escreveu um novo e expressivo capítulo da história da liberdade no Brasil, ao abrir amplo espaço, no maravilhoso cenário de suas belezas naturais, para o extenso e movimentado palco da manifestação inicialmente estudantil e de todo o povo carioca que estava no Centro da cidade. Foi pacificamente realizada, é fato, isto graças às providências cautelosas do Governador Negrão de Lima, que não permitiu a ação repressiva da Polícia Militar e do DOPS. Em tempos de ditadura, a passeata significou, porém, corajosa mobilização de estudantes, intelectuais, padres e freiras, operários de diversos sindicatos de trabalhadores, além da marcante presença de muita gente simples e humilde das principais favelas cariocas. Em marcha cadenciada, passou por toda a Avenida Rio Branco, sendo recebida por entusiasmados e vibrantes aplausos e debaixo de uma impressionante chuva de papel picado.

Foi exatamente por esta maciça e significativa participação dos principais segmentos da sociedade do então Estado da Guanabara (1960-1975), que o Correio da Manhã (1901-1974) estampou categórica manchete em sua edição de 27/06/68: “Marcha do Povo reúne Cem Mil”. Na 1ª. página não chamou a manifestação de passeata, como está no principal título da página 15 (“Passeata congregou cem mil no Centro”). Era, de propósito, uma manchete provocativa. Afinal, o jornal tinha como fazer tal provocação: foi o mais importante jornal político brasileiro da época.

# Correio da Manhã

EDUARDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT

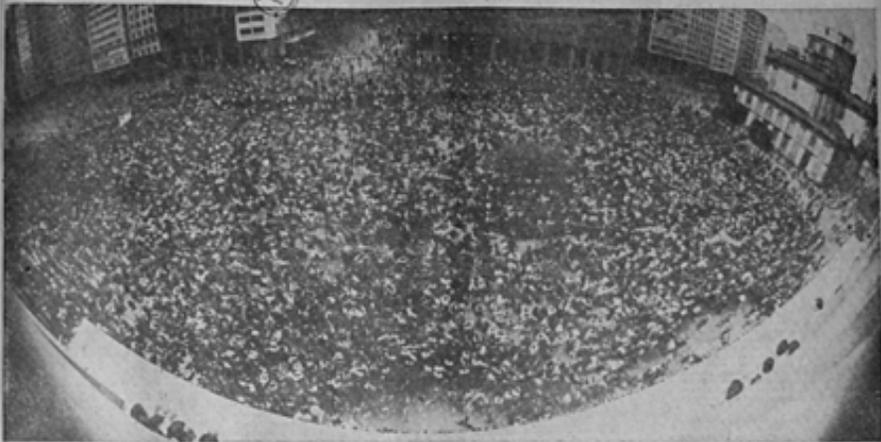
DIÁRIO DE JORNADA, QUARTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 1964

IMPRESSÃO MECÂNICA  
MONTAGEM EM MÁQUINA AUTOMÁTICA  
CORREÇÃO MECÂNICA

ESTABELECE-SE  
O PREÇO DE VENDA  
DESTE DIÁRIO QUANTO À  
CATEGORIA DE LEITORES

R. 100, MANHÃ, 10

R. 100, 100 — MANHÃ



PROTESTO PACÍFICO

As chagas à Anistia Presidente Vargas, e manifestos contra a estatua no chão para exigir novas eleições, no segundo mandato presidencial, em frente do Largo do Carmine, em momento das libérrimas manifestações.

## MARCHE DO POVO REÚNE CEM MIL

### II EXÉRCITO É ATACADO A DINAMITE

Uma revolução, chega particularmente a Anistia Presidente Vargas, e manifestos contra a estatua no chão para exigir novas eleições, no segundo mandato presidencial, em frente do Largo do Carmine, em momento das libérrimas manifestações.



PROTESTO EXPLOSIVO

Destruída estatua de expulsores da cidade contra quartel, em Vila Peto, quando totalmente destruída.

### NORDESTE E SUL EM SUPLEMENTO

O CORREIO DA MANHÃ publicará, com sua edição de sábado próximo, um suplemento especial e suplemento de sábado de Vila Peto destinado à região que até hoje possui sempre regularidade e maior índice de aproveitamento do País, e cuja importância econômica, social e política é cada vez maior. Este suplemento será publicado em duas edições: uma para o Nordeste e outra para o Sul. O suplemento de Vila Peto será publicado em duas edições: uma para o Nordeste e outra para o Sul. O suplemento de Vila Peto será publicado em duas edições: uma para o Nordeste e outra para o Sul.

### HOJE

PEREIRA

Uma revolução, chega particularmente a Anistia Presidente Vargas, e manifestos contra a estatua no chão para exigir novas eleições, no segundo mandato presidencial, em frente do Largo do Carmine, em momento das libérrimas manifestações.

BOVENDES

Uma revolução, chega particularmente a Anistia Presidente Vargas, e manifestos contra a estatua no chão para exigir novas eleições, no segundo mandato presidencial, em frente do Largo do Carmine, em momento das libérrimas manifestações.

### ASSALTOS EM ÔNIBUS E NO DISCO

Uma revolução, chega particularmente a Anistia Presidente Vargas, e manifestos contra a estatua no chão para exigir novas eleições, no segundo mandato presidencial, em frente do Largo do Carmine, em momento das libérrimas manifestações.

### GOVERNADORES PELO DIALOGO

Uma revolução, chega particularmente a Anistia Presidente Vargas, e manifestos contra a estatua no chão para exigir novas eleições, no segundo mandato presidencial, em frente do Largo do Carmine, em momento das libérrimas manifestações.

### PELO DIALOGO

Uma revolução, chega particularmente a Anistia Presidente Vargas, e manifestos contra a estatua no chão para exigir novas eleições, no segundo mandato presidencial, em frente do Largo do Carmine, em momento das libérrimas manifestações.

E por que o Correio da Manhã preferiu usar *marcha* e acrescentar *do povo*? Talvez porque os golpistas civis de 1964 haviam promovido, anos antes, a famigerada “Marcha com Deus pela Família e Propriedade”. Marcha, além dos passos cadenciados, é vigorosa e ritmada expressão de idéias e ideais. Passeata é, muitas vezes, mero e folclórico *pequeno passeio* de protesto em países com a democracia já consolidada.

Ao enfatizar “Marcha do povo reúne Cem mil”, na sua manchete de primeira página, o Correio da Manhã estabelecia assim uma forte contraposição à marcha ou escalada daqueles civis e militares cada vez mais extremados e violentos, os que foram denominados “bolsões radicais” pelo próprio general-presidente que, anos depois, iniciou a, por ele definida, “lenta e gradual” abertura. Mas, até ela chegar, uma longa temporada de irracional e sangrenta perseguição política.

Rapidamente, poucos meses depois da maior passeata de 1968, o radicalismo e o terrorismo de governo conseguiram matar a alma livre do jornal fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt, conforme destaquei em *Calandra – o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*, lançado pela Bertrand Brasil, em 1997. O livro conta porque o destemido Correio da Manhã havia sido o único jornal a denunciar o Caso Para-Sar, através de matéria assinada, na página 3 do 1º. Caderno, sob o título “A Operação Mata-Estudante”.

Havia ingressado como Editor de Economia no Correio da Manhã, três anos antes da passeata, em 1965, e exerci depois, sucessivamente, a Chefia de Reportagem, Secretária de Texto e Secretária Gráfica e finalmente a Editoria de Política. Em 13 de dezembro de 1968, bati de frente com o pior Ato Institucional, o AI-5, sendo demitido menos de uma semana após oito coronéis do Exército, devidamente fardados, passarem a frequentar diariamente a Redação, implantando censura direta em todos os textos.

Nove semanas antes do AI-5, no dia 04/10/1968 revelei os bastidores do terrorismo antipovo insuflado na tropa pelo bolsão radical liderado na Aeronáutica pelo brigadeiro Burnier. Dois meses depois, na noite de 13 de dezembro de 1968, o Correio da Manhã era invadido e ocupado. E fiquei fora do jornal por meses e meses seguidos.

O jornalista e escritor Zuenir Ventura, que também trabalhou no Correio da Manhã, comenta o episódio do Para-Sar desta maneira, em seu livro *1968 – o ano que não terminou. A aventura de uma geração* (Nova Fronteira, 1988), à pagina 210:

No dia 4, o mesmo *Correio* trazia um artigo do jornalista Pery Cotta, que lhe custaria depois uma prisão – *A operação mata-estudante* – informando que a 4 de abril, sem conhecimento da Diretoria de Rotas Aéreas, o “Para-Sar foi convocado para participar de missão permanente policial (à paisana, armado e sem identidade), a fim de dar cobertura à tropa que reprimia agitações de rua na Guanabara.

“Começava a ser desvendado naquele início do mês”, destaca Zuenir, “um dos mais sinistros planos terroristas da nossa história contemporânea”. Se tivesse tido sucesso, a operação provocaria não só a execução de personalidades políticas, mas também a morte de cerca de Cem mil habitantes do Rio, já que previa a explosão de um gasômetro no início da avenida Brasil, às 18 horas, isto é, na hora do *rush*, e a destruição da represa de Ribeirão das Lajes.

“A responsabilidade pelos atentados seria atribuída aos comunistas. Para quem – como os radicais de direita – buscava um pretexto para dar início à caça às bruxas, nada mais diabolicamente perfeito”.

Agora, 40 anos depois, procura-se aqui relatar a Passeata dos Cem Mil e a também histórica edição do *Correio da Manhã*, de 27 de junho de 1968, colocada nas bancas de jornais poucos meses antes do AI-5.

## **Editorial e abertura da coluna “Quatro Cantos”**

Entrou pela madrugada do dia 27/06/1968 a seleção de fotos e diagramação das matérias. Ao iniciar o trabalho de fechamento de páginas, naquela noite de 26 de junho, senti a necessidade de uma recomendação a todos os repórteres e redatores: “Precisamos uniformizar a cobertura da passeata. Usem cem mil participantes”.

Naquela noite, ao longo da demorada e detalhada edição do *Correio da Manhã*, havia simultaneamente uma infindável reunião noturna da Diretoria, no austero prédio da Avenida Gomes Freire, no tradicional bairro carioca da Lapa, onde funcionavam a Redação e a Oficina do jornal. Porém, ao final da reunião e da edição do jornal, tanto a marca indelével da luta constante pela democracia e pela liberdade de expressão, como o inabalável compromisso com a sociedade brasileira mantiveram-se mais uma vez como características supremas do respeitado periódico.

# QUATRO CANTOS

CICERO SANDRONI

## O que aconteceu ontem

Quem esteve ontem no centro da cidade e participou da passeata ou apenas viu e aplaudiu a marcha do povo, pacífica mas enérgica, de onde a palavra coragem emergiu diversas vezes, subindo do chão das ruas até os últimos andares dos edifícios, de onde caía uma chuva de papel, quem viu cem mil pessoas manifestando ordenadamente o seu repúdio ao Governo, sem que ocorresse o menor acidente, embora um helicóptero provocador sobrevoasse diversas vezes os manifestantes, levando as maiores vozes, quem viu os lenços brancos agitando-se nas janelas (um homem que não tinha lenço, agitava de busto nu a própria camisa), quem viu deputados da oposição sentados no meio-fio da Avenida Presidente Vargas, cansados mas felizes, quem ouviu o povo gritar: a ordem do dia é acabar com a covardia, quem viu freiras e padres sentados no chão, ao lado dos estudantes, quem viu um homem chorando de verdade. — e não havia gás algum — enquanto aplaudia os que passavam, quem viu Wladimir Palmeira falar livremente na Cinelândia e em frente à antiga Câmara dos Deputados, quem viu o pessoal dos escritórios, nas janelas dos edifícios, aplaudir os que passavam e convocavam: "um, dois, três, precisamos de vocês", quem assistiu a mulheres participando ativamente da marcha, quem ouviu discursos em que a tônica era: cada um agora é o próprio líder, o povo demonstrou que pode manter a ordem melhor do que a polícia, quem ouviu Hélio Pellegrino dizer: o povo está sentado na rua, está à vontade, pois a rua é a casa do povo, quem sentiu um odor de liberdade, quem pressentiu que alguma coisa estava nascendo, brotando do asfalto, e que a cada passo de cada um dos que marchavam a solução parecia estar mais próxima, quem olhou bem e viu em cada fisionomia dos jovens, das mulheres, dos adultos, dos padres e das freiras uma expressão nova, que parecia ter morrido fazia alguns anos mas que ressurgiu ontem não se sabe como, quem andou ombro a ombro sem esmorecer e ficou rouco de tanto fazer cóo com as frases que surgiam da marcha, e que há muito tempo não eram pronunciadas em alto e bom som nas ruas do Rio, quem participou, viveu, alegrou-se, emocionou-se, sentiu na própria carne a beleza de uma manifestação como a de ontem, ou quem apenas viu o que aconteceu no coração da cidade, esta cidade rebelde e heróica, que não aceita a cangalha, e que vem para as ruas em paz e em ordem dizer o que pensa do

publicar na capa do próximo número uma caricatura do presidente Costa e Silva.

## O que houve

Opinião de um popular, depois que terminou a passeata:

— Todo mundo estava tão feliz, que parecia até que o Brasil era tricampeão mundial de futebol.

\*\*\*

Frase de um senhor de idade, circunspeto, de colê e pinça-nez.

— Pensei que ia morrer sem ver o que vi. Mas o povo cresceu mais depressa do que eu esperava.

De um deputado, pensativo:

— O povo agiu sozinho. Não havia polícia vigiando, mas também não vi políticos orientando. O povo agiu sozinho.

\*\*\*

De um historiador, participando da marcha:

— Descobri que fazer história é melhor do que estudá-la.

\*\*\*

De um garf, que começava a limpar a Avenida, Rio Branco:

— Hoje vai ser mais fácil: é só papel.

## Um cruzeiro

E enquanto o povo está nas ruas da Guanabara, o sr. Carlos Lacerda continua em seu cruzeiro pelo Atlântico.

## A feliz idéia

Para que a verdade seja conhecida, devo informar que a feliz idéia de não permitir que a PM saísse à rua, ontem, foi do ministro Gama e Silva. O ministro da Justiça fez a sugestão ao governador, que resolveu acolher a idéia e assim evitou que uma grave situação se criasse no centro da cidade.

\*\*\*

Ontem à tarde, depois da passeata, ouvi o governador Negrão de Lima, que se mostrava satisfeito — e aliviado, de certa forma — com o que acontecera. Na sua opinião, o apelo que fez ontem, pela televisão, bem como a palavra do presidente Costa e

Somente um ato extremista, o AI-5 de 13/12/1968, um “golpe dentro do golpe”, afinal conseguiu sufocar tanta resistência e bravura do velho CM.

A 1ª. página do heróico e patriótico Correio da Manhã, em 27 de junho de 1968, está dominada por duas grandes fotos (a primeira de quase meia página, bem no alto, logo após a logomarca do jornal), que acompanham o título e o texto da manchete. Era o retrato da manifestação de cem mil pessoas, um recorde inesperado de presenças. Este 1º. caderno, com 16 páginas, fechava com uma outra página gráfica..

No segundo caderno, como um ícone da modernidade jornalística, a informação gráfica das fotos predominava de novo. E isto não era usual na mídia impressa daquele tempo. Ali estavam estampadas duas páginas inteiramente ocupadas por meia dúzia de grandes fotos em cada, com pequenas legendas explicativas, além de um título geral não acompanhado de texto.

Assim, no 1º. e 2º. cadernos, foram nada menos do que 10 (dez) páginas que traziam textos compactos de matérias, e sem fotos, espalhando por todo o jornal o notável trabalho da também jovem, na maioria, equipe de reportagem. A ampla e completa cobertura superou inteiramente, em volume e qualidade, as matérias e edições dos demais jornais, das rádios e das emissoras de televisão. Exatamente por isto, o Correio da Manhã deu a seus leitores uma edição jornalística tão histórica como a própria manifestação realizada no Centro da cidade. Às 11 e meia da noite, ainda apressadamente chegava repórter da rua com matéria para a edição.

Embora não fossem ainda os chamados “anos de chumbo”, havia a incômoda vigilância diária e a insistente mão forte do regime com explícita determinação autoritária e, já agora, em vias de revelar-se claramente como repressora e sangrenta ditadura militar.

Qualquer acontecimento selecionado para grande cobertura é assunto agendado, previamente colocado na pauta e sempre discutido, estudado e dimensionado para tornar possível a perfeita ação da equipe de reportagem e a edição final do jornal. No caso, o que surpreendeu foi a amplitude da manifestação idealizada pelo movimento estudantil. Ganhou tal dimensão e importância política que exclusivamente um jornal com a independência do Correio da Manhã poderia cobrir e editar as matérias sem restrições e censura interna ou externa, principalmente naqueles tempos de crescente radicalismo.

Além da ampla cobertura jornalística, nas páginas normais do noticiário, o Correio da Manhã colocou o tema como abertura de sua principal coluna social (“Quatro Cantos”, na página 7, assinada por Cícero Sandroni,

hoje presidente da Academia Brasileira de Letras) e apresentou no seu editorial principal da página 6 a opinião bem definida em belo título: “Lição de Maturidade”.

Na coluna “Quatro Cantos”, Sandroni comentava “O que aconteceu ontem”. No editorial principal, o velho CM não deixou por menos: ressaltava que somente tinha ocorrido uma marcha popular pacífica porque “repressão (ao movimento) é que geraria conflitos”. O regime autoritário adjetivava sempre como “arruaças” as manifestações contrárias dos jovens estudantes, acusando-os invariavelmente do emprego de violência e depredações.

Foi importante a preocupação permanente com a exatidão de dados e informações, tanto nos textos e títulos da reportagem como no forte editorial e nos comentários sempre sensatos do seu principal colunista. Era exatamente isto, esta rotina espartana de bom jornalismo com repetitiva revisão de textos que dava crescente credibilidade ao Correio da Manhã. Ficava incontestável o que publicava e isto, em consequência, ficou insuportável para um regime em escalada autoritária.

Como desmentir flagrantes tão factuais? Como rebater narrativas e descrições dos fatos igualmente tão carregadas da realidade política e social?

A edição histórica do CM, de 27 de junho de 1968, é expressão maior de um jornalismo comprometido com o social, nunca resultado de injunção e/ou submissão a interesses econômicos ou financeiros, internos e externos, ou ao poder de governos e governantes. Fazia-se jornalismo verdadeiro, não “jornalismo romântico”, como se disse depois, de forma preconceituosa e tentando reduzir a grandeza da missão altamente democrática do jornal e de seus profissionais.

A “Marcha do Povo” está noticiada no primeiro parágrafo da manchete de 1ª. página que relatou o acontecimento de forma simples, clara, direta e objetiva. E, principalmente, com muita sobriedade:

“Por seis horas, mais de cem mil protestaram contra o Governo, apoiando o movimento dos estudantes que, conforme o previsto, foi sem incidentes, com dezenas de discursos de universitários, operários, professores e padres”.

## **Matérias em 15 páginas e dois cadernos**

Na 1ª. página, além da manchete, o Correio da Manhã abriu espaço para apenas dois outros assuntos. (Nas edições normais, a primeira página de um jornal traz de 12 a 15 chamadas com temas diversos conforme as Editorias).

Também em destaque, descendo texto em uma coluna ao lado da matéria principal, vinha o título a respeito do que aconteceu em São Paulo, na mesma data da manifestação estudantil no Rio: “II Exército é atacado a dinamite”. Uma camionete Chevrolet havia explodido próximo à entrada do Quartel-General, matando o soldado Mário Kozel, do IV Regimento de Infantaria, e ferindo outros cinco soldados que estavam de guarda, era a chamada da matéria na 1ª. e boa cobertura interna.

A terceira notícia foi a até hoje criticada falta de segurança e violência: “Assaltos em ônibus e no Disco”. Os passageiros do ônibus haviam sido assaltados por bandidos, na Avenida Brasil. O supermercado citado ficava no bairro de Laranjeiras, na Zona Sul da cidade. Em ambos os casos, sem registro de feridos.

Nas páginas internas, todas as Editorias trouxeram normalmente os seus noticiários, tanto no primeiro como no segundo caderno. Nos três cadernos do jornal - 1º., com 16 páginas; 2º. de cultura, com oito páginas; e 3º. predominantemente de classificados e com também oito páginas - houve lugar garantido para a Geral e Política (pág. 2), publicidade em página dupla (8 e 9), Economia (pág.13).

A manifestação estudantil ocupou as páginas 3, 5, 6 (no principal editorial), 7 (na abertura da coluna “Quatro Cantos”), 10 (dividindo com o ocorrido no II Exército), 11, 12, 14 e 15 e 16 (contracapa) do primeiro caderno e, no famoso Segundo Caderno, as páginas 1 (capa), 2, 3, 4 e 8 (contracapa). Total de nada menos do que 15 páginas, nesta grande cobertura.

No Segundo Caderno, as capas viraram páginas gráficas com fotos diversas da manifestação estudantil, mas preservou-se igualmente o espaço normalmente dedicado à cultura, com colunas assinadas e matérias sobre música, cinema, teatro, artes plásticas etc. O terceiro caderno abrigou, além de anúncios classificados diversos, distribuídos nas oito colunas de cada página, o noticiário de turfe e esportes amadores (pág. 7) e as notícias sobre o futebol (pág. 8). Foi uma mudança necessária.

Curioso registrar que o jornal diário dedicava apenas uma página ao futebol, apesar de o Brasil já ter conquistado duas Copas do Mundo – 1958, na Suécia e 1962, no Chile – mas havia sido recentemente eliminado, na Copa de 1966, pela equipe de Portugal.

Na véspera da manifestação estudantil, na quarta, dia 25, a seleção brasileira criou novo alento nos torcedores, ao vencer em Belgrado a forte equipe da então Iugoslávia, considerada favorita. O jogo foi 2x0, com gols

do lateral Carlos Alberto, de pênalti, e do atacante Tostão. O noticiário destaca que a vitória do Brasil surpreendeu.

Na edição de quinta-feira, 26/06/68, o futebol trouxe matéria do correspondente János Léngyel, normalmente sediado em Genebra e que havia sido deslocado para a África, onde em Moçambique o Brasil jogaria e o técnico Aimoré Moreira demonstrava entusiasmo, mantendo a mesma equipe que já se preparava para a futura e vitoriosa Copa de 70, no México.

### **Passeata (ou marcha) com mais de 300 mil participantes?**

E o que revelou ainda o Correio da Manhã, em cada página dedicada à ampla cobertura? A página 15 trazia a cronologia da manifestação iniciada às 10 horas e 30 minutos e que ultrapassou as 13 horas. É nesta página 15 que se informa o número provável dos participantes, através de observações pessoais dos repórteres e cálculos de especialistas. Título da matéria: “Passeata congregou 100 mil no Centro”. A passeata dos Cem mil virou *marcha do povo*, no título da manchete da primeira página, pelas razões já explicadas anteriormente. Na página 14, um título de matéria também havia usado a palavra *marcha*, adotada na 1ª., ao afirmar textualmente: “Estudantes e favelados marcham juntos”.

A bem da verdade, a matéria cujo título chama a passeata de cem mil no texto chega a mencionar 120 mil a 150 mil como o número mais provável de participantes. Ao editar as páginas da cobertura feita pelos repórteres e fotógrafos do Correio da Manhã, respeitei e deixei publicada a informação completa dos repórteres.

Houve especialista ouvido pela reportagem que apontou 70 mil e ainda quem sustentasse serem até mais de 300 mil.

A Polícia faz habitualmente, para os protestos populares, aquele cálculo com base em quatro pessoas no máximo por metro quadrado e corta o tamanho da Avenida Rio Branco (numerada a partir da Praça Mauá), contando apenas da Candelária, no exato cruzamento com a Avenida Presidente Vargas, ao Obelisco, em direção ao Parque do Flamengo (obra inaugurada no final da década de 1960 e que os cariocas devem às gestões Carlos Lacerda e Negrão de Lima).

Nos Cem mil, a passeata ou marcha do povo saiu de quatro pontos principais de concentração e atravessou a Avenida Rio Branco em 32 minutos, segundo a edição de 27 de junho, do Correio da Manhã.

# LÍDERES FALARAM AO POVO IGREJA NAS RUAS ANTES DE PASSEATA SAIR APÓIA JUVENTUDE

As manifestações da Igreja Católica em apoio à juventude, que se realizaram ontem e hoje, foram precedidas por uma série de reuniões e palestras em igrejas e centros comunitários. Os líderes religiosos falaram ao povo, alertando-o para a importância da participação na vida social e política. O padre João de Deus, da Igreja de São João, afirmou que a Igreja deve estar presente em todas as lutas populares. O padre Antônio de Jesus, da Igreja de São Francisco, destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus, da Igreja de São Antônio, falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda. O padre João de Deus também falou sobre a importância da participação da juventude na vida política. O padre Antônio de Jesus destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda.

As manifestações da Igreja Católica em apoio à juventude, que se realizaram ontem e hoje, foram precedidas por uma série de reuniões e palestras em igrejas e centros comunitários. Os líderes religiosos falaram ao povo, alertando-o para a importância da participação na vida social e política. O padre João de Deus, da Igreja de São João, afirmou que a Igreja deve estar presente em todas as lutas populares. O padre Antônio de Jesus, da Igreja de São Francisco, destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus, da Igreja de São Antônio, falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda. O padre João de Deus também falou sobre a importância da participação da juventude na vida política. O padre Antônio de Jesus destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda.

As manifestações da Igreja Católica em apoio à juventude, que se realizaram ontem e hoje, foram precedidas por uma série de reuniões e palestras em igrejas e centros comunitários. Os líderes religiosos falaram ao povo, alertando-o para a importância da participação na vida social e política. O padre João de Deus, da Igreja de São João, afirmou que a Igreja deve estar presente em todas as lutas populares. O padre Antônio de Jesus, da Igreja de São Francisco, destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus, da Igreja de São Antônio, falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda. O padre João de Deus também falou sobre a importância da participação da juventude na vida política. O padre Antônio de Jesus destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda.

As manifestações da Igreja Católica em apoio à juventude, que se realizaram ontem e hoje, foram precedidas por uma série de reuniões e palestras em igrejas e centros comunitários. Os líderes religiosos falaram ao povo, alertando-o para a importância da participação na vida social e política. O padre João de Deus, da Igreja de São João, afirmou que a Igreja deve estar presente em todas as lutas populares. O padre Antônio de Jesus, da Igreja de São Francisco, destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus, da Igreja de São Antônio, falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda. O padre João de Deus também falou sobre a importância da participação da juventude na vida política. O padre Antônio de Jesus destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda.

As manifestações da Igreja Católica em apoio à juventude, que se realizaram ontem e hoje, foram precedidas por uma série de reuniões e palestras em igrejas e centros comunitários. Os líderes religiosos falaram ao povo, alertando-o para a importância da participação na vida social e política. O padre João de Deus, da Igreja de São João, afirmou que a Igreja deve estar presente em todas as lutas populares. O padre Antônio de Jesus, da Igreja de São Francisco, destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus, da Igreja de São Antônio, falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda. O padre João de Deus também falou sobre a importância da participação da juventude na vida política. O padre Antônio de Jesus destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda.

As manifestações da Igreja Católica em apoio à juventude, que se realizaram ontem e hoje, foram precedidas por uma série de reuniões e palestras em igrejas e centros comunitários. Os líderes religiosos falaram ao povo, alertando-o para a importância da participação na vida social e política. O padre João de Deus, da Igreja de São João, afirmou que a Igreja deve estar presente em todas as lutas populares. O padre Antônio de Jesus, da Igreja de São Francisco, destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus, da Igreja de São Antônio, falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda. O padre João de Deus também falou sobre a importância da participação da juventude na vida política. O padre Antônio de Jesus destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda.

As manifestações da Igreja Católica em apoio à juventude, que se realizaram ontem e hoje, foram precedidas por uma série de reuniões e palestras em igrejas e centros comunitários. Os líderes religiosos falaram ao povo, alertando-o para a importância da participação na vida social e política. O padre João de Deus, da Igreja de São João, afirmou que a Igreja deve estar presente em todas as lutas populares. O padre Antônio de Jesus, da Igreja de São Francisco, destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus, da Igreja de São Antônio, falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda. O padre João de Deus também falou sobre a importância da participação da juventude na vida política. O padre Antônio de Jesus destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda.

As manifestações da Igreja Católica em apoio à juventude, que se realizaram ontem e hoje, foram precedidas por uma série de reuniões e palestras em igrejas e centros comunitários. Os líderes religiosos falaram ao povo, alertando-o para a importância da participação na vida social e política. O padre João de Deus, da Igreja de São João, afirmou que a Igreja deve estar presente em todas as lutas populares. O padre Antônio de Jesus, da Igreja de São Francisco, destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus, da Igreja de São Antônio, falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda. O padre João de Deus também falou sobre a importância da participação da juventude na vida política. O padre Antônio de Jesus destacou a importância da juventude para o futuro do Brasil. O padre Manoel de Jesus falou sobre a necessidade de uma transformação social profunda.

## PASSEATA CONGREGOU 100 MIL NO CENTRO

Estimou-se que mais de cem mil pessoas participaram da passeata que se realizou ontem no centro de São Paulo. A manifestação foi organizada pela Igreja Católica e teve como objetivo chamar a atenção para a situação da juventude brasileira. Os participantes marcharam pelas ruas principais da cidade, carregando bandeiras e cartazes. A passeata começou às 10 horas e terminou às 14 horas. O clima foi de grande entusiasmo e solidariedade.

Estimou-se que mais de cem mil pessoas participaram da passeata que se realizou ontem no centro de São Paulo. A manifestação foi organizada pela Igreja Católica e teve como objetivo chamar a atenção para a situação da juventude brasileira. Os participantes marcharam pelas ruas principais da cidade, carregando bandeiras e cartazes. A passeata começou às 10 horas e terminou às 14 horas. O clima foi de grande entusiasmo e solidariedade.

Estimou-se que mais de cem mil pessoas participaram da passeata que se realizou ontem no centro de São Paulo. A manifestação foi organizada pela Igreja Católica e teve como objetivo chamar a atenção para a situação da juventude brasileira. Os participantes marcharam pelas ruas principais da cidade, carregando bandeiras e cartazes. A passeata começou às 10 horas e terminou às 14 horas. O clima foi de grande entusiasmo e solidariedade.

Estimou-se que mais de cem mil pessoas participaram da passeata que se realizou ontem no centro de São Paulo. A manifestação foi organizada pela Igreja Católica e teve como objetivo chamar a atenção para a situação da juventude brasileira. Os participantes marcharam pelas ruas principais da cidade, carregando bandeiras e cartazes. A passeata começou às 10 horas e terminou às 14 horas. O clima foi de grande entusiasmo e solidariedade.

Estimou-se que mais de cem mil pessoas participaram da passeata que se realizou ontem no centro de São Paulo. A manifestação foi organizada pela Igreja Católica e teve como objetivo chamar a atenção para a situação da juventude brasileira. Os participantes marcharam pelas ruas principais da cidade, carregando bandeiras e cartazes. A passeata começou às 10 horas e terminou às 14 horas. O clima foi de grande entusiasmo e solidariedade.

Estimou-se que mais de cem mil pessoas participaram da passeata que se realizou ontem no centro de São Paulo. A manifestação foi organizada pela Igreja Católica e teve como objetivo chamar a atenção para a situação da juventude brasileira. Os participantes marcharam pelas ruas principais da cidade, carregando bandeiras e cartazes. A passeata começou às 10 horas e terminou às 14 horas. O clima foi de grande entusiasmo e solidariedade.

Estimou-se que mais de cem mil pessoas participaram da passeata que se realizou ontem no centro de São Paulo. A manifestação foi organizada pela Igreja Católica e teve como objetivo chamar a atenção para a situação da juventude brasileira. Os participantes marcharam pelas ruas principais da cidade, carregando bandeiras e cartazes. A passeata começou às 10 horas e terminou às 14 horas. O clima foi de grande entusiasmo e solidariedade.

Estimou-se que mais de cem mil pessoas participaram da passeata que se realizou ontem no centro de São Paulo. A manifestação foi organizada pela Igreja Católica e teve como objetivo chamar a atenção para a situação da juventude brasileira. Os participantes marcharam pelas ruas principais da cidade, carregando bandeiras e cartazes. A passeata começou às 10 horas e terminou às 14 horas. O clima foi de grande entusiasmo e solidariedade.



1 — L. de Castro; 2 — Avenida Brás; 3 — Praça Arago; 4 — Nogueira; 5 — Amalácio; 6 — Cadeirão; 7 — Praça Tróvão

com os mimeógrafos a tinta

## REX-ROTARY

o que faz as melhores cópias, sempre nítidas na quantidade que quiser

com o melhor alumínio

## ALUMÍNIO

o DRAGON - 100 DOS BRASILEIROS

MILHA CARBON, 200

1000 Gramos e 500g

Alumínio e Carbono

HOJE NO SEU CANAL 6

A GRANDE CHANCE

FLAVIO CAVALCANTE E 1001 JOÃO ARONTIANO

HOJE OS OUTROS DE ANAGARA - 8 E 13 DA NOITE

JUSTIÇA DA UCA

TV TUPI

Os quatro pontos principais de concentração foram: Largo da Carioca ainda sem o Metrô, a então espaçosa Praça Erasmo Braga, Av. Graça Aranha e todo o entorno do Obelisco.

Ressalve-se, por absolutamente factual e oportuno a ser lembrado, que em tais manifestações políticas e concentrações públicas, que se prolongam por horas seguidas, o público nem sempre é o mesmo o tempo todo: as pessoas entram e saem como bem entendem, sem qualquer possível controle, não são como grandes blocos carnavalescos cercados por cordas.

No caso específico, a manifestação também não se fez nem pode ser friamente calculada apenas no sentido horizontal. Na medida em que a marcha do povo passava no asfalto, acompanhada e apoiada pelos transeuntes das calçadas de ambos os lados, ganhava a adesão de grande parte desses anônimos transeuntes, engrossando mais e mais as enormes levas e alas dos militantes da histórica marcha ou passeata de junho de 1968 contra a ditadura. Destaque-se que a passeata teve aquele respaldo entusiasmado de milhares e milhares de outras pessoas não contabilizadas como manifestantes e que, do alto dos prédios da Avenida Rio Branco, sem dúvida somaram-se à manifestação ao serem responsáveis pela crescente e festiva chuva de papel picado.

Também estes manifestantes, os das janelas dos prédios de dezenas e dezenas de escritórios do Centro da cidade, transformaram-se portanto em ativos participantes. A respeito deles não houve, porém, qualquer cálculo na época, até porque isto seria quase impossível naquele momento. Pode-se, hoje, fazer uma projeção, baseada indiretamente na quantidade de papel picado jogado do alto dos prédios ou em função da densidade demográfica da população. Aquela chuva de papel picado sempre ocorria e ainda ocorre no último dia útil que antecede o Natal e o Ano Novo. Resulta do conagraçamento, desejo e esperança de mudanças. Estes mesmos sentimentos devem ter motivado aquelas pessoas que, trabalhando nos escritórios da Avenida Rio Branco, no dia 26 de junho de 1968, correram às janelas para explicitar seu apoio à passeata de protesto.

Dados da Comlurb (Cia. de Limpeza Urbana do Rio) indicam que o lixo público, o resultante da varredura das ruas, representa cerca de expressivos 40% do total, sendo superado apenas pela retirada do lixo domiciliar (em torno de 47%). Em 1989, por exemplo, retirava-se da cidade do Rio de Janeiro um total de 4.000 toneladas por dia. Produzidas certamente por milhares e milhares de pessoas.

O Rio de Janeiro em 1970, dois anos após a marcha do povo ou passeata dos Cem Mil, tinha uma população de 4,3 milhões de habitantes e, na década anterior, somava 3,3 milhões, por ocasião do Censo de 1960. Seriam talvez 4,1 milhões, em 1968. Agora, em 2006, pulou para 6,1 milhões de habitantes, ou mais quase 50% de aumento populacional, em comparação ao ano da grandiosa manifestação estudantil.

Portanto, não seria absurdo imaginar que a histórica passeata tenha alcançado a marca de 300 mil efetivos participantes, somados os do asfalto e os do alto dos prédios, número surpreendente para a época, em função do total de habitantes, nada menos no caso do que uns 10% da população urbana do Rio. O Brasil da década de 1960 tinha população de 70,9 milhões. Chegou aos 94,5 milhões, em 1970 (os “90 milhões em ação” da música evocativa da Copa do Mundo de Futebol).

Agora, em 2006, a população pulou para 188,2 milhões. Hoje, em 2008, pode estar ultrapassando os 190 milhões e, muito em breve, o Brasil terá provavelmente alcançado os redondos 200 milhões de habitantes. Outra interessante comparação: no Estádio do Maracanã, no Rio, que já registrou a presença de quase 200 mil torcedores, cabem agora oficialmente 70 mil (como na Passarela do Samba) ou até 90 mil, no máximo. Ou seja, o Maracanã de hoje seria pequeno para abrigar tanta gente como a que participou da marcha ou passeata dos Cem Mil, no episódio de 40 anos atrás.

E como era aquele Brasil e principalmente o Rio de Janeiro, em 1968? Certamente não tinha ainda a Ponte Rio-Niterói, inaugurada em 1974, ano em que o Correio da Manhã deixou de circular, embora 34 anos depois seja ainda citado como exemplo de jornal. O petróleo de Campos, descoberto no mar territorial do Estado do Rio de Janeiro, em 1973, hoje garante a auto-suficiência nacional e, em breve, poderá estar ajudando o Brasil a transformar-se em exportador. Não por acaso, a história já havia registrado que, aqui no Rio de Janeiro e em décadas anteriores, foram realizadas outras grandes manifestações populares defendendo a criação de uma empresa nacional para a busca do petróleo. No Rio, como reconhecimento, está a sede da Petrobras, idealizada há mais de meio século por Getúlio Vargas. Em 1968, mesmo com a mudança para Brasília, o presidente da República ainda despachava no Palácio do Catete, na Zona Sul do Rio. E, em 68, a TV-Globo tinha apenas três anos e nem sonhava com problemas de edição das matérias sobre “Diretas-Já” ou eleições de 1982.

## O bom conteúdo jornalístico do Correio da Manhã

Para mostrar a manifestação estudantil, agora no contexto histórico, político e social, é necessário antes detalhar o conteúdo dos textos das matérias publicadas pelo Correio da Manhã, na edição de 27 de junho de 1968. Como já se disse, foram 15 páginas de ampla e completa cobertura jornalística.

Hoje, com os indispensáveis anúncios (30 ou 40% do espaço), a cobertura ocuparia um Caderno Especial de no mínimo 20 páginas, fruto de longas pesquisas e elaboração de matérias por dias e dias seguidos. No Correio da Manhã de 1968, tudo aconteceu em 14 horas, ou pouco mais de meio-dia, desde que os primeiros fotógrafos e repórteres deixaram o prédio da Avenida Gomes Freire em direção ao Centro. Neste curto período de tempo foi realizada toda a ampla cobertura (texto e fotos), redigidos os textos finais das matérias, fechados o três cadernos de jornal e editadas as 15 páginas sobre a manifestação, além das chamadas de primeira página e o fechamento da edição.

É evidente que, por razões hoje conhecidas e bastante óbvias, não houve patrocinadores privados, nem muito menos estatais, para esta histórica edição. Muito pelo contrário. Havia vários meses, o bravo Correio da Manhã, por seu posicionamento político, sofria intensas restrições do mercado publicitário, formado na maioria por anunciantes de governos ou grandes corporações estrangeiras.

Na histórica edição, há apenas uma página (dupla) de anúncio, o balanço de uma grande empresa. (Balanço é publicação obrigatória em qualquer veículo de grande circulação e custa bem menos do que um anúncio institucional).

Mesmo com o significativo aumento do número de leitores do jornal, principalmente a nível nacional, o Caderno de Classificados estava minúsculo, somando normalmente seis páginas, como virou hábito naquele momento de “vacas magras”. Conto em *Calandra* (Editora Bertrand, 1997) que tudo isto aconteceu porque o governo Federal havia retirado a publicidade oficial e recomendado aos grandes anunciantes privados que o Correio da Manhã deveria ficar de fora de suas programações. Além disto, passou-se a aterrorizar os pequenos anunciantes dos classificados.

Certa madrugada, uma bomba foi jogada na principal agência de anúncios classificados do Correio da Manhã, naquela mesma loja que hoje pertence a O Globo e fica na esquina de Avenida Rio Branco com Almirante Barroso, próximo à hoje estação Carioca, do Metrô. Assim, as pessoas

passaram a temer até ingressar ou passar perto de uma agência do Correio da Manhã. Isto, enquanto o jornal ganhava mais prestígio, dando “furos” sucessivos e atraindo novos leitores, o que paradoxalmente acrescentava vultosos novos gastos ao gerenciamento industrial.

### **Os “furos” jornalísticos foram incontáveis, no difícil período da ditadura**

O Correio da Manhã teve acesso, em primeira mão, ao texto do AI-2, do governo Castello Branco. Então na Chefia de Reportagem, fui procurado pelo adido de imprensa da Embaixada dos Estados Unidos, Jack Wyant, que já havia passado por agências internacionais e várias Redações de grandes jornais brasileiros, sem êxito, segundo seu testemunho. Ele soube que o CM tinha o texto, mas temia não ser bem recebido. Ficou surpreso e agradecido, ao levar a cópia do AI-2 em um envelope.

Razão do temor e da surpresa? Provavelmente pelo fato de que o Correio da Manhã denunciou como nocivo e subserviente o famoso Acordo MEC-USAID, que o regime autoritário importou como modelo para o ensino universitário, mas na verdade foi criado para policiar os estudantes, conforme excelente artigo assinado por Plínio de Abreu Ramos, na Tribuna da Imprensa, em 12 de maio de 1967. Plínio foi, posteriormente, renomado pesquisador da história contemporânea, principalmente de fatos ligados à política e à economia, produzindo relatos de importantes acontecimentos, resultantes de bem elaboradas pesquisas para a Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ).

O texto do acordo, na íntegra, o Correio da Manhã divulgou em primeiro lugar graças ao belo trabalho de apuração do repórter José Nilo Tavares (nas décadas seguintes, competente professor universitário). Naquela época, fazia-se em jornal profunda e rotineira apuração e não mero e insuficiente jornalismo “investigativo” baseado quase sempre em gravações de “arapongas” que não se sustentam na Justiça por representarem indícios de fatos, não fatos realmente jornalísticos.

O Correio da Manhã não dava sossego ao regime autoritário, nem aos seus principais concorrentes. Lembro-me de um dia em que influente matutino reclamou, em editorial, providências do governo Federal. O jornal não aceitava os sucessivos (e não citados) “furos” que levou, sucessivamente, em vários assuntos da maior importância.

O Correio da Manhã naquela época conseguiu publicar na frente de todos os jornais as seguintes matérias:

- o texto na íntegra do projeto de reforma da Constituição;
- a nova Lei de Segurança Nacional (LSN);
- o manifesto dos jovens oficiais da ESAO (Escola de Formação de Oficiais);
- e tantos outros documentos até então inéditos, e desconhecidos até dos censores, alguns deles com o carimbo de “Confidencial”, “Secreto” ou “Ultra-Secreto”.

Um desses, o da nova LSN, retirei pessoalmente da mesa de um general e tive de colocá-lo no mesmo lugar, em menos de uma hora, após copiá-lo por inteiro no Laboratório de Fotografia do Correio da Manhã. O mais difícil não foi tomá-lo “emprestado”, com a ajuda de um militar patriota e comprometido com métodos democratas de governo. Desesperador e inquietante, dando um frio na barriga e calafrios na coluna, foi “devolver” o documento confidencial e colocá-lo no mesmo lugar e exata posição em que estava, sem ser pego em flagrante.

Mas valeu a satisfação por vê-lo publicado na íntegra pelo Correio da Manhã. Mais até, talvez, do que quando assinei a matéria denunciando o Caso Para-Sar. No final de 1968, já estava ficando até acostumado. E sabia onde achar coisas importantes.

E o que era afinal o Acordo MEC-USAID? Quem contou tudo, mais adiante, foi outro profissional do Correio da Manhã, o jornalista e escritor Arthur José Poerner, em obra prefaciada pelo general e democrata Pery Constant Bevilaqua, em 3 de junho de 1968, e apresentação do intelectual e filólogo Antonio Houaiss.

Na orelha, o livro trouxe o comentário de outro prestigiado intelectual, Otto Maria Carpeaux, também editorialista do CM e figura sempre cercada pelos repórteres do jornal que a ele recorriam quando não conseguiam achar informações em dicionários e enciclopédias.

O livro de Poerner faz parte da coleção Retratos do Brasil, da Civilização Brasileira e foi editado em 1968. *O Poder jovem, história da participação política dos estudantes brasileiros* ficou pronto, na gráfica, antes do também emblemático episódio do Calabouço (28/03/1968). E saiu um pouco antes da Passeata dos Cem Mil.

Por isto, Poerner teve de fazer nota complementar, para contar a morte de Edson Luís, a quem viu no caixão e assim o descreve, na página 364:

Tratava-se de um menino ainda – completara 18 anos no dia 24 de fevereiro – parecia baixinho, a pele morena e os cabelos bem pretos e lisos de caboclo nortista. Os dentes – tinha-os estragados, como a maioria dos jovens de nosso país. Órfão de pai, viera, há três meses, de Belém do Pará, para cursar o artigo 99 de 1º. Ciclo no Instituto Cooperativo de Ensino, anexo ao Calabouço, onde passava a maior parte do dia, inclusive auxiliando em serviços burocráticos da secretaria e de limpeza do estabelecimento, pois não conseguira emprego. As esperanças que o trouxeram ao Rio estavam ali agora, transformadas no sangue que manchava a camisa branca empunhada pelos seus colegas e o chão da Assembléia. No sangue que, nas paredes claras do saguão da casa legislativa, imprimira marcas de mão e dizeres contra o terror policial.

Em capítulo anterior, “A Vaia em Castelo”, outro episódio da reação estudantil ao regime autoritário imposto a partir de 1964, Poerner conta, à página 270:

A UME (União Metropolitana dos Estudantes, do Rio de Janeiro) preparava um plebiscito nacional sobre a Lei Suplicy de Lacerda, enquanto o Marechal Castelo Branco recebia uma estrondosa vaia, na presença inclusive do Corpo Diplomático aqui acreditado, durante a aula inaugural da Universidade do Brasil, em 9 de março de 1965, na Escola Nacional de Arquitetura, na ilha do Fundão. Cinco dos estudantes que vaiaram o chefe de Governo foram presos pela Polícia do Exército. A prisão dos estudantes na ilha do Fundão contribuiu para sacudir o movimento estudantil, na medida em que provocou a solidariedade e a mobilização dos Diretórios Acadêmicos e da UME, que emitiu a propósito nota oficial (publicada na íntegra, em 16 de março de 1965, pelo Correio da Manhã).

Fui testemunha ocular, como repórter destacado para a cobertura local, desta contundente vaia ao marechal-presidente. Estava lá, no corredor de acesso ao auditório da Faculdade, quando Castello Branco desceu do carro oficial e, logo que colocou os pés no chão de cimento e deu os primeiros

passos em direção ao prédio, os estudantes começaram a vaiar, em sonoro protesto. Castello ficou absolutamente contrafeito com a manifestação. Enfiou ainda mais a cabeça para dentro do curto pescoço, baixou os olhos e seguiu firme, em caminhada rápida, subindo em passadas largas os poucos degraus que levavam ao auditório. As vaias continuaram, em volume ainda mais alto.

A área de entrada estava policiada por Fuzileiros Navais em parede humana para evitar a proximidade de estudantes, jornalistas e quaisquer outras pessoas. Com as vaias, rapidamente prenderam e levantaram os cinco estudantes, arrastando-os para as viaturas da Polícia do Exército. Nunca me esquecerei de um estudante, gordo e forte, que foi levado com as pernas dançando no ar, os braços imobilizados e violentamente seguros por dois corpulentos fuzileiros. Mesmo assim, agitava mais as pernas e, valentemente, continuava a vaiar cada vez mais alto. No seu livro, talvez por esta cena, Poerner colocou, antes da introdução e bem a propósito, uma epígrafe com palavras do jurista e também jornalista Ruy Barbosa: “É perigosa a situação que se apresenta? Tanto melhor. Nos dias de opressão, ser oposição é uma honra. A desonra é ser governo”.

E o que foi, afinal, o Acordo MEC-USAID? Poerner o divulga fazendo o relato completo dos fatos antecedentes e precedentes, em seu *Poder jovem*. Os textos oficiais referentes aos acontecimentos envolvendo as manifestações dos estudantes estão em “Documentário”, da página 311 à 361. Na íntegra, o acordo assinado pela ditadura com o governo norte-americano ocupa dez páginas (340 à 349).

### **Edição que por sua natureza preocupava, mas saiu**

Em função do pesado contexto histórico e social da época, pode-se hoje entender a razão da anunciada contrariedade ou, prefere-se imaginar, natural preocupação da então Direção do Correio da Manhã naquele final de noite de 26 de junho de 1968 quando, para matérias mais uma vez incômodas ao governo Federal, várias páginas iam sendo abertas, mais material fotográfico e outros gastos se elevavam, enquanto as horas passavam e se perdiam vôos e o transporte de caminhão da tiragem que já deveria estar finalizada, colocada na rua e, prioritariamente, nos aeroportos para embarque.

Hoje, certamente, o Departamento Industrial, em nome da Direção e da filosofia imperativa da sociedade de consumo, tornaria impossível tal

edição por mais histórica que fosse assim reconhecida. Agora, jornal é muito mais um produto ou simples veículo para a publicidade. Os jornalistas há muito tempo deixaram de ter voz ativa e muito menos executiva nas Redações. Prevaecem no produto mais anúncios do que notícias e informações de interesse público. Cada edição expressa variados acertos empresariais, comerciais, financeiros e publicitários.

Em 1968, ainda se fazia cobertura jornalística de olho apenas nos fatos e prioritariamente com visão social voltada para a história.

Por pensar predominantemente na execução da cobertura e na edição de páginas, tantas quantas fossem necessárias, o Correio da Manhã tornou-se retrato vivo da heróica história daquele período, de tanta luta pela liberdade de imprensa. E, por isto, até o Caderno de Classificados, com oito colunas nas seis magras páginas de anúncios, passou a ser, na edição da passeata, caderno de oito páginas com espaço para notícias. Assim, abriu espaço para a Redação (turfe, esporte amador e futebol) em uma “invasão” que hoje somente pode ocorrer no sentido inverso, com a tomada do espaço de matérias para anúncios do Departamento Comercial. Ou a edição de matérias pagas com “cara” de reportagem. Ou, ainda, as famosas “reco” (recomendas).

E dizem, hoje, que aqueles tempos eram de “jornalismo romântico”.

Em fotografias e textos, como saíram as matérias da edição de 27 de junho de 1968, do Correio da Manhã?

AS FOTOS - “Sorriso em vez de ódio” era o título da página gráfica 16 do 1º. Caderno. “Um povo ordeiro”, “Nova marcha, novo grito: Liberdade!” e “Estudantes, sacerdotes e intelectuais lideram a passeata” foram os títulos gerais das outras páginas inteiramente gráficas, com apenas um título geral, grandes fotos e pequenas legendas embaixo de cada uma das seis fotografias paginadas.

Nas páginas gráficas, flagrantes da imensa massa de gente, da cortina de papel picado, da bandeira do Brasil sendo carregada pelos manifestantes (com a legenda “Ordem e Progresso”), a ala mais jovem da passeata, os líderes da manifestação e os que passavam gritando liberdade. Lá estavam padres, freiras, intelectuais e artistas bastante conhecidos lado a lado com gente simples e anônima das favelas. Na ala da Igreja, destacava-se a presença de Dom Castro Pinto, bispo-auxiliar do Rio de Janeiro.

As fotos foram de Erno Schneider (Chefe do Departamento Fotográfico), Manoel G. da Costa (Manoelzinho), Milton Santos (Miltinho), Rodolfo

Machado, Rubens Seixas, Osmar Gallo e Gilmar Santos (que não tinha diminutivo, mas era o mais baixinho de todos). Todos, gigantes na arte fotográfica. Quase todos, premiados por reportagens anteriores. Em equipe e individualmente, haviam conquistado o Prêmio Esso pela cobertura das enchentes de 66/67. No Departamento Fotográfico do CM, com 50 anos de casa, também se destacava o velho Bueno, firme e forte nas coberturas jornalísticas pela cidade, sempre reconhecido à distância pelo seu vozeirão.

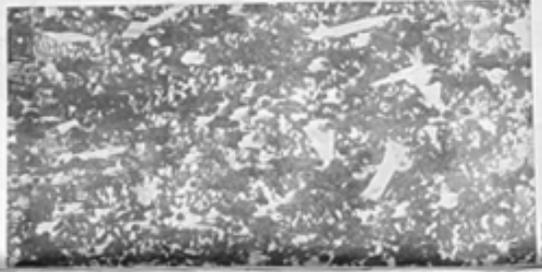
“Povo ordeiro”, título usado na página gráfica, aparecia também como título da legenda da monumental foto da 1ª. página. As fotos do Correio da Manhã, da 1ª., tinham título e legenda. Lembro-me de uma quando Castello Branco baixou o AI-2, cassando direitos políticos. Do marechal-presidente aparecia só a cabeça em uma longa mesa cheia de flores. Título em caixa alta: “De Mecejana para o mundo”. Legenda: “O marechal-presidente, natural de Mecejana, CE, anunciou o Ato Institucional que cassa direitos de importantes políticos brasileiros”. Foi das melhores que legendei no CM.

OS TEXTOS - Os repórteres do Correio da Manhã eram em número bem maior do que os fotógrafos. De uma vez só, quando exerci a Chefia de Reportagem, abri as portas para 18 estagiários, entre eles várias jovens universitárias (o que não era hábito nas Redações, na década de 1960). Em boa parte, principalmente as moças, estudantes de jornalismo da PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).

Destacavam-se, na equipe de Reportagem, Bertholdo de Castro, Hélio Contreiras, Luís Inácio, Luís Carlos de Souza, João Carlos Mallet e José Nilo Tavares, entre outros. Todos os jovens estagiários se misturaram rapidamente e receberam boas lições práticas de experimentados profissionais como Valério Meinel, Lindolfo Machado, Agostinho Seixas, Cesário Marques, João Carlos Mallet e o seguro Montenegro (que com o Bueno fazia a tradicional coluna Gerico, de autoridade incontestável em defesa dos moradores dos diversos bairros cariocas).

Foi impecável a cobertura deles sobre a Passeata dos Cem Mil. As matérias traziam o fato e, na mesma edição, toda a repercussão possível. Não sobrou suíte importante alguma. As editorias do jornal, sucursais, repórteres e setoristas de várias áreas também contribuíram, e muito, para o excelente conteúdo das matérias.

Na página 3, entrou a matéria sobre a satisfação do governador Negrão de Lima com a realização pacífica da passeata, para a qual certamente ele contribuiu e de forma decisiva, ao deixar a Polícia aquartelada, em seu dispositivo repressivo.



UM  
POVO  
ORDEIRO

# Correio da Manhã



SORRISO  
EM VEZ  
DE ÓDIO

Foto de  
Luis Albuquerque  
Fotografia de G. de S. Lima  
Fotografia de S. de S. Lima



# Correio da Manhã

PRIMEIRO-GERENTE  
MIGUEL BORGES DE ALMEIDA  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO  
ANTÔNIO CARVALHO  
AN. 2004 2004, 95

1.ª Edição - Rua de Janeiro, Quinta-Feita, 27 de Junho de 1968

IMPRESSÃO  
M. PAULO ESTRELA  
DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE  
ANTÔNIO CARVALHO  
R. P. 2004 - 2004 1968



*Estudantes  
sacerdotes  
e intelectuais  
lideram  
passeata*

Estudantes seguem Wladimir em frente à Assembleia



o Bispo Dr. Carlos Filipe e outros deputados da Igreja



o Presidente Vargas Wladimir teve filhos ingovernáveis



Élio Lillo e Chico Buarque também em Assembleia



Óbata Lillo e Norma Borgeat lideram artistas

Na página 5, estão as manifestações realizadas nos diversos Estados brasileiros.

Na página 10, a matéria sobre o manifesto distribuído na passeata, anunciando que os sindicatos de trabalhadores de diversas categorias apoiavam os estudantes “e estavam vigilantes”. Participaram metalúrgicos, têxteis, radialistas, ferroviários da Leopoldina, empregados em entidades culturais, professores, alfaiates e trabalhadores na indústria de bebidas. Ainda na mesma página, deputados que participaram das concentrações já lamentavam na época que “a juventude brasileira não acredita mais no poder político”. Foram ouvidos, entre outros, os depoimentos de Jamil Haddad, Alberto Rajão e Sebastião Contrucci.

Na página 11, a notícia de que a Polícia Federal havia solicitado ao Conselho Nacional de Telecomunicações a censura nas emissoras de TV. Esta-va proibida a exibição de reportagens “sobre tumultos de rua”. Na mesma página, a denúncia de que agentes do DOPS prenderam cinco jovens na Zona Sul, em bairros longe do local da passeata. Os nomes completos e os bairros em que residiam estão citados na matéria.

Na página 12, a reação da OAB “ao arbítrio do Departamento de Ordem Polícia e Social (DOPS)”, aprovando sugestão encaminhada pelo conselheiro Serrano Neves.

Nas páginas 14 e 15, os relatos referentes à passeata em si, desde o seu início pouco depois das 10 horas da manhã até a chegada à Candelária, às 13 horas.

As matérias dos repórteres, na medida em que eram produzidas, iam para a mesa da Chefia de Reportagem, sendo lidas inicialmente por Marinus Castro e/ou Cesário Marques e, em seguida, encaminhadas ao Chefe de Redação Aloísio Branco, a partir principalmente da metade da tarde de 26/06/68. Mas, como já foi dito, no final da noite ainda chegava um ou outro repórter esbaforido, com repercussão e detalhe importante “que não pode deixar de sair na edição sobre a passeata”.

Os fotógrafos e repórteres, em sua maioria, não arredaram pé da Redação, naquela noite de trabalho que se prolongou pela madrugada, acompanhando a edição das páginas, complementando dados solicitados e, principalmente, ansiosos que o jornal rodasse logo para levar sua matéria e a edição histórica para casa. Todos os dias, religiosamente aos 40 minutos passada a meia-noite, começava-se a ouvir a gigantesca rotativa se movimentando para produzir os primeiros exemplares.

Naquela madrugada, o Correio da Manhã extrapolou todos os horários possíveis, mas apresentou aos seus leitores uma edição que marcou tanto

quanto o acontecimento coberto. O atraso foi pelas necessárias mudanças efetuadas no jornal, alterando a colocação de várias matérias, ao conseqüente aumento do número de páginas e à demora na criteriosa escolha de fotos e legendas para as capas e contracapas dos dois primeiros cadernos. Houve capricho no visual das páginas, por parte de seus criativos e artísticos diagramadores, entre eles o saudoso Eraldo “Bigodão” Macedo, sempre risonho e eficiente, por mais exaustiva e demorada que fosse a edição.

Na manhã e tarde seguintes foram só para elogios, mesmo por parte do habitualmente discreto e reservado Diretor-Superintendente, Osvaldo Peralva, que poucos meses depois seria arrancado do prédio do jornal e violentamente jogado em um camburão pelos agentes do DOPS que invadiram o jornal em 13/dezembro/1968, em seguida ao anúncio oficial do AI-5 e a vitória dos tais “bolsões radicais”.

Na época da passeata, a Diretoria do Correio da Manhã era composta, além do bom e cordial Osvaldo Peralva, pela proprietária e sucessora Niomar Muniz Sodré Bittencourt e por mais três diretores: M. Paulo Filho, Nelson de Faria Baptista e Arnold Wald. Para nós, da Redação, interessava principalmente conhecer as recomendações do diretor Osvaldo Peralva e do Aloísio Branco. A Redação do Correio da Manhã era comandada por profissionais, por dois efetivamente experientes, tranqüilos e educados.

### **“A operação mata-estudante” ou o “Caso Para-Sar”**

É preciso aprofundar, neste trabalho, o contexto político e social da época, lembrando outros fatos que envolveram estudantes e a Polícia, inclusive a denúncia por inteiro do Caso Para-Sar, no artigo “A Operação Mata-Estudante”, em quatro colunas da página 3, na edição de 04/outubro/68, poucas semanas antes do anúncio do AI-5, início do período negro da história do Brasil, conhecido por “anos de chumbo”. Eis o artigo, na íntegra, que o diretor Peralva admitiu publicar se fosse por mim assinado, já que naquele dia nenhum jornal quisera assumir tal responsabilidade, provavelmente em função da nota oficial distribuída em 03/outubro/68 e que abre a matéria:

O gabinete do ministro da Aeronáutica, em nota oficial distribuída ontem, informa que “o recente noticiário envolvendo, desprimorosamente, a Força Aérea Brasileira, não expressa a

verdade, uma vez que tudo se limita à aplicação de medidas de caráter estritamente disciplinar, que não teriam ultrapassado o âmbito da FAB não fosse a distorção deliberada ou o interesse espúrio de tumultuar o assunto.

Prosegue (a nota) afirmando que “não houve em nenhuma eventualidade, a hipótese da utilização de quaisquer elementos da Aeronáutica em missões não compatíveis com a dignidade militar e os preceitos legais”. E finaliza: “A insinuação da existência de um ambiente de crise, que absolutamente não ocorre, representa uma manobra divisionária em ofensiva dirigida contra as próprias instituições militares, fazendo parte dos processos de tentativa de isolamento das Forças Armadas na comunidade brasileira”.

(Seguem-se vários fatos omitidos, alguns já publicados em edições anteriores).

O que a nota assinada pelo brigadeiro Paulo de Vasconcelos Sousa e Silva não esclarece são os seguintes fatos:

Em abril deste ano, o PARASAR foi convocado para participar de missão permanente policial (à paisana, armado e sem identidade), a fim de dar cobertura a tropa que “reprimia agitações de rua”, na Guanabara, sem conhecimento prévio da Diretoria de Rotas Aéreas, que é responsável pelo emprego operacional do Para-Sar;

Essa missão destoava de tal forma da finalidade precípua do Para-Sar (humanitária, de salvamento de vidas), que três oficiais – capitães Roberto Câmara Lima Ypiranga dos Guarany, Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho e o capitão-médico Rubens Marques dos Santos – solicitaram intervenção da Diretoria de Rotas Aéreas para que fosse evitado novo emprego do Para-Sar em missão dessa natureza;

No dia 14 de junho, o brigadeiro João Paulo Burnier, então chefe do gabinete do ministro da Aeronáutica, convocou todo o pessoal do Para-Sar, ainda sem conhecimento prévio da Diretoria de Rotas, a fim de tratar de emprego da unidade em missões absolutamente incomuns das que lhe compete realizar regularmente; Nessa reunião do dia 14-6-68, realizada no próprio gabinete do ministro, foi recordado que o papel do Para-Sar podia ser até

mesmo o de eliminação física ou desaparecimento de elementos considerados inconvenientes “nas órbitas política ou militar”; Ciente do fato, na ausência do diretor-geral de Rotas, o diretor em exercício levou-o verbalmente ao conhecimento do chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, que na época respondia também pelo Ministério da Aeronáutica;

Seis dias após reassumir suas funções, o diretor-geral de Rotas Aéreas, major-brigadeiro Itamar Rocha, foi convocado pelo chefe do EMAER, para que lhe esclarecesse a situação do Parasar, tendo em vista que nessa época já estavam transferidos os capitães Sérgio e Santos, daquela unidade, apontados no caso como “indisciplinados por discordarem com a nova orientação” transmitida pelo então chefe de gabinete do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Burnier;

A fim de poder esclarecer devidamente ao chefe do EMAER, o diretor-geral de Rotas Aéreas solicitou ao capitão Sérgio que lhe relatasse a ocorrência, o que foi feito por escrito, por esse oficial; Em face dos termos incisivos e da gravidade das declarações prestadas, entendeu o chefe do EMAER que o DGR encaminhasse relatório diretamente ao ministro, que então já havia reassumido suas funções, assegurando que faria entrega do documento juntamente com o DGR, o que se efetivou em seguida;

Cerca de 50 dias após, o Sr. Ministro encaminhou ao diretor-geral de Rotas Aéreas um Aviso (secreto) que em síntese anuncia que havia precedido sindicância, que concluiu como não sendo verdadeiras as declarações do capitão Sérgio;

No mesmo Aviso, assevera que o DGR dera crédito amplo às declarações do cap. Sérgio, sem maiores averiguações, concluindo que: “as expressões usadas pelo cap. Sérgio não traduzem a verdadeira exposição feita”;

Cumpria, em face dos termos do Aviso, que o DGR apurasse, então, até que ponto não seriam verdadeiras as declarações referidas no relatório do cap. Sérgio, inclusive para puni-lo, se fosse o caso;

Não pareceu lícito ao DGR indagar-se da verdade dos fatos, senão ouvindo as únicas pessoas que participaram da controvertida reunião, isto é, os elementos do PARASAR (oficiais,

sargentos e cabos), representante do EMAER e um do gabinete do ministro, além do brigadeiro Burnier, que a presidiu; Os depoimentos desses últimos teriam orientado a versão apresentadas pelo ministro;

Restava que fossem ouvidos os demais elementos do Para-Sar, dos quais 36 prestaram declarações ao major-brigadeiro Itamar Rocha, diretor-geral de Rotas Aéreas;

Estas fortaleceram as declarações do cap. Sérgio, em sua esmagadora maioria, sem que nenhum elemento, categoricamente, houvesse negado, limitando-se uns poucos a informar que não haviam compreendido ou não se lembravam dos precisos termos;

Recolhidas essas informações e como o próprio ministro da Aeronáutica houvesse observado ao diretor de Rotas Aéreas que dera o caso como resolvido e que não pretendia tornar sem efeito as transferências dos dois oficiais e ainda deliberou punir o cap. Sérgio, entendeu o major-brigadeiro Itamar Rocha que o novo subsídio para o julgamento deveria ser encaminhado à instância superior, o que foi feito imediatamente, sem maiores comentários ou relatório, deixando a conclusão para o próprio ministro;

Todo o assunto, é de se notar, teve sempre trânsito resguardado sob a mais alta classificação sigilosa (segredo);

A 27-9-68, por decreto do mesmo dia, o brigadeiro Itamar Rocha foi exonerado, “por necessidade de serviço”, ao mesmo tempo em que, por ato administrativo, em Aviso da mesma data, é aplicada a pena de dois dias de prisão domiciliar. OS ATOS - Da exposição acima, ressalta o seguinte: - o Para-Sar, sem conhecimento da Diretoria de Rotas Aéreas, foi empregado em missão policial, em abril deste ano, contrariando frontalmente as instruções vigentes que regulam o emprego do Para-Sar e que estão contidas no Diário Oficial de 27 de setembro de 1963;

- sem conhecimento do diretor-geral de Rotas, foi o Para-Sar doutrinado para cumprir missões incompatíveis com a sua finalidade, entre as quais a de eliminar ou fazer desaparecer elementos considerados politicamente inconvenientes;

- a comunicação foi feita, hierarquicamente, a quem de direito e no tempo devido;
- o diretor-geral de Rotas, em face de denúncia tão grave, que envolvia sumária eliminação de vida humana, por motivos políticos ou outros - a “Operação Mata-Estudante” -, não solicitou, desde logo, abertura de IPM, por haver tratado o assunto com reserva e devida lealdade, com a autoridade máxima, o ministro da Aeronáutica”.

(E terminava assim o texto da matéria-denúncia do Correio da Manhã):

Esperam agora os oficiais superiores que estão solidários ao major-brigadeiro Itamar Rocha que seja aberto um rigoroso inquérito policial-militar, “para que fiquem devidamente esclarecidos não só a atuação do ex-diretor-geral de Rotas Aéreas, como a extensão e a profundidade dos fatos”.

OS HOMENS - Os oficiais punidos por revelarem a “Operação Mata-Estudante” são todos conhecidos, dentro dos quadros do Ministério da Aeronáutica, como homens cumpridores de seus deveres e de inabalável formação democrática. Isto, aliás, reconhecido pelo próprio ministro Márcio de Sousa e Melo que, a 10 de julho do ano passado, em almoço realizado no salão nobre do Ministério, entregava uma placa ao Para-Sar, como homenagem pelo resgate do C-47 número 2.068. Os homenageados, entre outros, eram os capitães Guaranys, Sérgio e o capitão-médico Rubens Marques dos Santos, agora punidos e transferidos. Eram, na ocasião, considerados heróis da FAB, pelo que fizeram, em plena selva amazônica, salvando inúmeras vidas.

## **Cruéis anos de chumbo e o esquema repressivo do Cone Sul**

Para concluir a visão do contexto histórico, político e social daquela década de manifestações estudantis, do AI-5 e do mergulho do Brasil na crueldade do regime autoritário, os “anos de chumbo” e do esquema articulado de repressão à esquerda, dos países integrantes do Cone Sul, há depoimentos que devem ser igualmente guardados para sempre e foram recentemente revelados por mais um repórter que começou a vida profis-

sional no Correio da Manhã, nos anos 1960, e foi testemunha dos acontecimentos ligados à Passeata dos Cem Mil.

O jornalista e escritor Hélio Contreiras, que durante anos cobriu a área militar para outros importantes veículos da mídia, lançou em 2005, pela Editora Record, o livro *AI-5, a opressão no Brasil. Um repórter nos bastidores políticos das ditaduras do Cone Sul*.

Nele, há o depoimento de vários militares, os quais Contreiras entrevistou e que estão relacionados em mais de duas páginas apenas de citação de nomes.

As regras dos duros, o arbítrio da polícia, as cassações, o terror do Estado, as conseqüências do AI-5 e o esquema militar do Cone Sul, na perseguição implacável à esquerda são relatados em capítulos minuciosos, descritos e comentados pelos próprios militares. Foram detalhadas entrevistas dadas a Contreiras, que ouviu até o coronel Vernon Walters, dos Estados Unidos, e registrou nas páginas finais do livro a omissão de dois personagens importantes. Recusaram-se a falar os brigadeiros Márcio Souza e Mello e João Paulo Burnier, os do “Caso Para-Sar”, episódio de terrorismo de Estado. Alguns militares entrevistados por Contreiras são enfáticos em declarar, textualmente, que o AI-5 tirou o espaço da oposição legal e contribuiu para que alguns grupos de esquerda fizessem a opção para a clandestinidade e pela luta armada.

Os advogados dos presos políticos correram riscos durante suas atividades profissionais no período do AI-5, de 1968 a 1978. Contreiras lembra que Heleno Cláudio Fragoso, George Tavares e Augusto Sussekind de Moraes Rego foram seqüestrados. Modesto da Silveira e Marcelo Cerqueira também foram perseguidos. Evandro Lins e Silva, que defendeu presos políticos durante a ditadura do Estado novo e no regime militar, disse a Contreiras que seus colegas foram, após os seqüestros, colocados em um depósito do Alto da Boa Vista, uma espécie de ante-sala para o desaparecimento ou para a morte.

As atividades de padres, bispos, cardeais e pastores no Brasil também foram cercados de riscos durante a ditadura militar, recorda o jornalista. “Várias freiras e bispos foram perseguidos e ameaçados, e não só dom Evaristo Arns, dom Pedro Casaldáliga e outros bispos. O padre Fernando Bastos de Ávila, da PUC-Rio, passou por momentos difíceis, e ainda inéditos”. Nos anos 1970, segundo o padre comentou a Contreiras, gastava-se muito dinheiro público para fazer censura. “Quando os agentes do SNI invadiram a PUC, eles espionaram os papéis que estavam nos quartos dos

professores e padres”. Ávila apoiou os operários da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), durante uma greve, após a invasão por tropas do Exército, autorizada pelo então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, quando morreram três metalúrgicos. A ordem partiu de Brasília. Ele, ao ser entrevistado, pergunta ao repórter: “Será que o Sarney foi ouvido?”. José Sarney foi o primeiro civil após o regime militar.

No depoimento a Hélio Contreiras, o general João Figueiredo, último presidente da ditadura, disse que no Serviço Federal de Informação e Contra-Inteligência (Sfici) havia, no final de 1963, oito mil fichas, a maioria de comunistas: “Aquelas fichas foram transferidas para o SNI após sua criação, em 1964”. Pelo SNI foram investigados, segundo Figueiredo, Luiz Carlos Prestes, Gregório Bezerra, Miguel Arraes, Francisco Julião, Ênio Silveira, Leonel Brizola, João Goulart, Juscelino Kubitschek, Paulo Freire, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Jr., Mário Schemberg, Samuel Wainer, Darcy Ribeiro, entre inúmeros outros políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais e estudantis. O Sfici funcionava na rua Uruguaiana, no prédio da Casa da Borracha, no Centro do Rio de Janeiro.

No depoimento, ainda, Figueiredo comenta:

João Goulart era fichado como agitador de esquerda, enquanto Leonel Brizola era o agitador, porque não o considerávamos um homem engajado com a esquerda. O Brizola queria o poder para ser um novo Getúlio. Nossas preocupações com o Paulo Freire eram motivadas pela linha populista-comunista dele. O Julião queria agitar o campo e tinha o apoio do Arraes. No Sfici, tínhamos informações sobre a aliança do Juscelino com os comunistas.

Todos foram colocados na lista de 100 nomes do AI-1, os primeiros a serem atingidos por um Ato Institucional. Muitas outras listas e inúmeras cassações mais viriam, na perseguição imposta pelo regime autoritário.

Na página 165 do livro, Contreiras revela que os próprios militares entrevistados consideraram que, de 1968 a 1976, São Paulo foi o principal centro das ações mais radicais, através da Operação Bandeirante (Oban). “A prática da violência contra presos políticos já havia se tornado freqüente antes, sob a inspiração de radicais como o brigadeiro Burnier, mas logo o AI-5 estimulou mais a violência, na medida em que instalou no país o terrorismo de Estado”.

A Oban surgiu em São Paulo, destaca Contreiras, quando o alto escalão do regime acreditava que as Forças Armadas estavam vulneráveis diante da luta armada e mostravam despreparo para enfrentar a ação da guerrilha. O Doi-Codi criado com base na experiência da Oban, tinha a participação de governadores dos estados. Já a Oban teve respaldo maciço do empresariado paulista.

A perseguição implacável aos militantes da esquerda pelas ditaduras do Cone Sul foi iniciada, em 1964, antes da adoção de um sistema de repressão que envolveria o Chile, a partir de 1973, e a Argentina, quando houve o golpe militar, em 1976.

A colaboração entre agentes brasileiros e uruguaios começou quando estavam no Uruguai o ex-presidente João Goulart e seu cunhado, Leonel Brizola, citado por militares brasileiros nos anos 1960 e 1970 como verdadeiro inimigo. Havia um ressentimento contra Brizola no meio militar brasileiro por sua atuação durante o governo Goulart. Após governar o Rio Grande do Sul, com uma política nacionalista que contrariou os interesses americanos, Brizola foi eleito deputado federal, no antigo Estado da Guanabara, em 1962, com a maior votação do país”.

*AI-5, a opressão no Brasil*, de Hélio Contreiras, teve prefácio do professor de Direito da USP (Universidade federal de São Paulo), jurista Dalmo de Abreu Dallari, e apresentação de José Gregori, advogado, ex-secretário nacional de Direitos Humanos e ex-ministro da Justiça.

Dallari lembra que “o golpe militar de 1964 teve o apoio de lideranças civis, inclusive empresariais e religiosas, numa conjugação de ambições, intolerância e também de ignorância”. E que

(...) no momento de retorno à normalidade constitucional o governo ditatorial então em atividade cuidou de criar anteparos, buscando proteger os líderes e seus agentes, tanto para livrá-los da responsabilidade penal pelos crimes cometidos quanto para dificultar o julgamento da história em relação aos que foram agentes, comparsas e beneficiários da ditadura.

Confiava Dallari, no entanto, que segundo a clássica expressão de Cícero, o notável tribuno romano, “a história é mestra da vida, senhora dos tempos e luz da verdade”.

Gregori, por sua vez, afirma que todos sabem, “a menos que fôssemos incapazes de aprender com a História”, o quanto custa interromper as regras do processo democrático e mergulhar no arbítrio. “Esta megadesgraça só a podem desejar os que não viveram o Brasil dos últimos trinta e um anos, ou os que, tendo vivido, não entenderam nada do que viveram”.

Há outro livro importante a ser citado neste trabalho: *O Congresso em meio século*, um longo depoimento ao jornalista Tarcísio Hollanda dado por Paulo Affonso Martins de Oliveira, que passou 42 anos na Câmara Federal, 23 dos quais no cargo de secretário-geral. O magnífico levantamento sobre fatos políticos foi publicado também em 2005, em Brasília, pela Plenarium, a editora da Câmara dos Deputados.

Martins de Oliveira revela, no livro, que as atas das sessões plenárias de 12 e 13 de dezembro de 1968 estão desaparecidas. Elas foram encaminhadas, como de praxe, ao Departamento de Imprensa Nacional, para publicação no Diário do Congresso Nacional, mas foram requisitadas pelo então ministro da Justiça, Gama e Silva.

“Quem se der ao trabalho de pesquisar o Diário do Congresso verificará”, informa, “que as atas daquelas sessões lá não constam, havendo, assim, um lapso na história parlamentar brasileira”. Lembra a propósito que, naquele tempo, havia acirrada disputa de liderança entre importantes chefes militares. “Creio que se considerou relevância exagerada ao discurso proferido pelo deputado Márcio Moreira Alves, para concentrar, no Congresso, as atenções da opinião pública, desviando-as das disputas por influência e poder que travavam, na ocasião, chefes militares moderados e radicais”.

### **Quarenta anos depois, há muita história não contada**

É certo que, em 1968, as críticas da sociedade brasileira ao regime autoritário, manifestadas nas ruas e tendo como expressão maior a Passeata dos Cem Mil, tornaram-se realmente insuportáveis para os tais “bolsões radicais”, que temeram, antes de tudo, perder o controle da situação. E talvez, muito mais do que isto, as *benesses* de um regime envolvido em negócios como pontes, estradas e até compras de aviões de guerra.

Quarenta anos depois, há muita coisa ainda a ser contada, envolvida por um silêncio inexplicável. Mas, pelo aqui exposto sobre acontecimentos já registrados, quando o ano de 1968 terminou o Brasil estava absurdamente

mergulhado em um dos períodos mais negros de sua história contemporânea. Terrivelmente obscuros e ainda muito pouco conhecidos, em função da longa censura à imprensa.

Esta a conclusão inicial que os fatos já conhecidos deixam à mostra.

A censura imposta pelo regime autoritário um dia chegou ao fim, mas infelizmente acabou sendo substituída pela autocensura, resultado em parte do temor pela memória do que aconteceu com o Correio da Manhã e, muito certamente, pela estranha filosofia que prega a ocultação dos fatos sob o polêmico argumento de que “é preciso esquecer o passado”. Com que objetivo?

Os crimes dos radicais talvez, se prescritos; nunca, os absolutamente necessários relatos sobre episódios históricos e a narrativa a ser permanentemente renovada a respeito da luta pela liberdade de imprensa e pelo direito à informação no Brasil, hoje felizmente básicos e consagrados preceitos constitucionais.

Pena que o Correio da Manhã não exista mais para contar em detalhes outros reais acontecimentos daquela época e expor com veemência a máxima de que jornalista não briga com os fatos. Se eles existem ou existiram, é dever da mídia revelá-los à sociedade, porque as idéias não morrem e muito menos os ideais de liberdade e respeito aos direitos humanos.

Em função dos antecedentes e precedentes da Passeata dos Cem Mil, grandioso repúdio ao radicalismo do regime autoritário de governo, o que foi aqui relatado neste trabalho de pesquisa permite realçar agora uma ligação óbvia, baseada na cronologia dos acontecimentos já revelados à opinião pública.

Esta cronologia pode ser enumerada como uma espécie de resumo final sobre o movimento estudantil, na década de 1960:

1. Em 28 de março de 1968, ocorre o assassinato de Edson Luís, fato que levou ao fechamento do restaurante do Calabouço e rápida transformação da área em anel rodoviário (trevo de retorno das pistas do Parque do Flamengo);
2. Em 4 de abril de 1968, uma semana depois da morte do secundarista, a tropa de paraquedistas da Aeronáutica (ParaSar), criada para executar arriscadas operações de salvamento de vidas, é convocada pelo brigadeiro Burnier para missão permanente policial (à paisano, armada e sem identidade), a

fim de dar cobertura ao esquema repressivo contra as manifestações estudantis, com objetivo de execução sumária e em via pública de lideranças não só estudantis como sindicais, políticas, de religiosos e intelectuais;

3. Em 14 de junho de 1968, doze dias antes da realização da maior manifestação estudantil, o Para-Sar é mobilizado para ação terrorista de governo;

4. Em 26 de junho de 1968, é realizada a pacífica Passeata dos Cem Mil, com a significativa adesão popular dos mais importantes setores da sociedade, como demonstrou a também histórica edição do Correio da Manhã, no dia seguinte;

5. 13 de dezembro de 1968, após a divulgação do AI-5, inicia-se perseguição implacável promovida pelos radicais do governo, que promovem torturas e eliminação física de todos considerados inimigos “nas órbitas política e militar”, como vinha sendo pregado desde a mobilização de 4 de abril de 68;

6. Findo o ano de 1968, abrem-se os “Anos de Chumbo”, característicos do período que vai de 1969 a pelo menos 1975, com as sucessivas mortes nos Doi-Codi, com a Operação Bandeirantes (Oban) e a implantação de todo o sinistro esquema repressivo de ação conjunta das ditaduras dos países do Cone Sul.

Os números estimados, quatro décadas depois, pelos próprios setores oficiais de governo, hoje indicam números macabros em relação às consequências do famigerado AI-5, que esmagou violentamente o movimento estudantil e impôs severa censura à imprensa: chegam a 133 os desaparecidos e a 166 os mortos, entre os quais dezenas de jovens estudantes, além de várias e expressivas figuras da política, do meio sindical e de intelectuais, inclusive jornalistas.

O ano de 1968 certamente terminou, mas não deixou no esquecimento e para trás episódios que foram marcantes, tanto da luta pela liberdade de imprensa como retratos vivos do aviltante desrespeito à pessoa humana. É

um período histórico ainda relativamente recente para não deixar de ser totalmente submetido às luzes da verdade.

Quarenta anos depois, ou quatro décadas de inexplicável silêncio e restrições, falta muito acontecimento a ser revelado, em nome do direito sagrado à informação e da preservação, para as gerações futuras, da verdadeira memória nacional.

São fatos ainda ocultos, alguns criminosamente escondidos, embora façam parte viva da história contemporânea do Brasil.

### **Resumo**

A principal proposta deste artigo é uma visão panorâmica do movimento estudantil nos anos 1960 e, ao mesmo tempo, da posição democrática do jornal Correio da Manhã durante o período da ditadura militar.

### **Palavras-chave**

Movimento estudantil; Imprensa; Correio da Manhã; Ditadura militar.

### **Abstract**

The main purpose of this article is a panoramic vision of the student movement in the 60's years and, at same time, the democratic position of the newspaper Correio da Manhã during the military dictatorial period.

### **Key-words**

Student movement; Press; Correio da Manhã; Military dictatorial period.